

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO

CNPJ: 68.760.693/0001-54

Demonstrações Contábeis

acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Em 31/12/2018

UNIDADES REGIONAIS

CONTEÚDO:

- 01) RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 02) BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO
- 03) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 04) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 05) DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
- 06) NOTAS EXPLICATIVAS

UNIDADES REGIONAIS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS
CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES DA
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO - CBTARCO
MARICÁ - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO - CBTARCO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO – CBTARCO** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa em para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela internacional Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião com Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO – CBTARCO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidade éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Ressalva

- 1) A Confederação não possui controle individualizado dos bens registrados nos ativos imobilizado e intangível, tampouco apresentou a relação analítica dos bens e montantes depreciados em consonância com os saldos contábeis apresentados. Para determinar seus saldos e montantes adequados a serem contabilizados em despesas de depreciação, será necessário efetuar levantamento físico e econômico do Ativo Imobilizado e, devido aos fatos descritos anteriormente, a Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº. 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e a revisão da vida útil econômica desses bens em atendimento a Resolução CFC nº. 1.177/09 – NBC TG 27.
- 2) As notas explicativas, parte integrante das demonstrações contábeis, não foram apresentadas de acordo com a NBC TG 26 (R3), itens 112-138.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por nós, que emitimos opinião com ressalvas em 23 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accountin Standards Boad (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e matemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes referentes às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas no controle interno que identificamos durante nossos trabalhos, com ênfase para a ressalva apontada no presente relatório.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas e tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de Abril de 2019.



TGB - AUDITORIA INDEPENDENTE S/S
CRC Nº 6133/O-3 - RJ
MILTON GRANADO DA SILVA
Sócio Responsável Técnico - Contador
CRC/RJ – 059.240/O-8

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Expresso em R\$)

ATIVO		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		<u>576.708,32</u>	<u>1.021.001,83</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(nota 3)	554.462,02	998.805,64
Adiantamentos diversos		14.299,23	14.992,12
Outros Créditos		7.947,07	7.204,07
Não Circulante		<u>900.776,49</u>	<u>719.969,93</u>
Imobilizado líquido	(nota 4)	894.146,71	709.938,99
Intangível líquido	(nota 4)	6.629,78	10.030,94
Total do Ativo		<u>1.477.484,81</u>	<u>1.740.971,76</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		<u>889.765,05</u>	<u>1.298.281,68</u>
Obrigações Operacionais	(nota 05)	4.575,64	-
Obrigações Sociais e Fiscais	(nota 06)	42.660,39	46.459,07
Adiantamentos Diversos		742,91	-
Provisões Constituídas		107.471,33	107.411,30
Convênios e LAP a Pagar	(nota 07)	538.480,78	964.672,31
Empréstimos a Pagar	(nota 08)	138.600,00	138.600,00
Contas a Pagar	(nota 09)	57.234,00	41.139,00
Não Circulante		<u>293.392,10</u>	<u>-</u>
Convênios a Pagar LP	(nota 10)	293.392,10	-
Total do Passivo		<u>1.183.157,15</u>	<u>1.298.281,68</u>
Patrimônio Social		<u>294.327,66</u>	<u>442.690,08</u>
Superávit Acumulado		442.690,08	429.214,15
Superávit ou Déficit do Exercício		(149.843,26)	13.475,93
Ajuste de Exercícios Anteriores		1.480,84	-
Total do Passivo e Patrimônio Social		<u>1.477.484,81</u>	<u>1.740.971,76</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Expresso em R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS OPERACIONAIS	<u>2.888.554,62</u>	<u>3.689.494,35</u>
Receitas da Lei Piva	1.850.546,11	2.164.826,04
Convênios	1.038.008,51	1.524.668,31
Receitas de Federações	-	-
 (-) DESPESAS OPERACIONAIS	 <u>(2.888.554,62)</u>	 <u>(3.786.487,15)</u>
 Despesas Lei Agnelo / Piva	 (1.850.546,11)	 (3.165.163,87)
Despesas com Pessoal	(1.141.247,32)	(1.373.534,54)
Despesas Administrativas	(709.298,79)	(1.791.629,33)
 Despesas Convênio/Solidariedade	 (1.038.008,51)	 (621.323,28)
Despesas com Pessoal	(382.916,95)	(621.323,28)
Despesas Administrativas	(655.091,56)	-
 RESULTADO OPERACIONAL	 -	 (96.992,80)
 RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	 136.027,18	 138.292,14
Receitas Diversas	137.063,17	137.810,61
(-) Devoluções de Receitas Diversas	(1.600,00)	-
Receitas Financeiras	564,01	481,53
 (-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	 (285.870,44)	 (27.823,41)
Despesas com Pessoal	(9.809,29)	-
Despesas Administrativas	(227.157,22)	(12.000,71)
Despesas Tributárias	-	(98,86)
Despesas Financeiras	(48.903,93)	(15.723,84)
 RESULTADO NÃO OPERACIONAL	 (149.843,26)	 110.468,73
 RESULTADO DO EXERCÍCIO	 <u>(149.843,26)</u>	 <u>13.475,93</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Expresso em R\$)

Histórico	Resultado Acumulado	Resultado do Exercício	Ajuste de Exercícios Anteriores	Total
Saldos em 31/12/2016	564.594,94	(135.380,79)		429.214,15
Incorporação ao Res. Acumulado	(135.380,79)	135.380,79		-
Resultado do exercício		13.475,93		13.475,93
Saldos em 31/12/2017	429.214,15	13.475,93	-	442.690,08
Incorporação ao Res. Acumulado	13.475,93	(13.475,93)		-
Ajuste de Exercícios Anteriores			1.480,84	1.480,84
Resultado do exercício		(149.843,26)		(149.843,26)
Saldos em 31/12/2018	442.690,08	(149.843,26)	1.480,84	294.327,66

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Expresso em R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2018	31/12/2017
Superávit(déficit) do exercício	(149.843,26)	13.475,93
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades Geradas pelas atividades operacionais dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação	114.531,67	108.899,18
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Superávit Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro	(35.311,59)	122.375,11
Variações no ativo (Aumento) Redução:	(50,11)	1.731,03
em Outros Ativos	(50,11)	1.731,03
Receita de Exercício Futuro	-	-
Créditos a receber - Patrocinadores	-	-
Variações no passivo (Aumento) Redução:	(115.124,53)	(2.578.721,15)
Obrigações Sociais e Fiscais	(3.798,68)	(43.631,45)
Convênios a Pagar	(132.799,43)	(2.347.082,98)
Provisões Constituídas	60,03	(88.290,88)
Empréstimos a Pagar	16.095,00	(43.359,00)
Outras Obrigações	5.318,55	(56.356,84)
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(150.486,23)	(2.454.615,01)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(293.857,39)	(2.153,55)
Aquisições de ativo imobilizado	(297.860,00)	(4.600,00)
Ajuste no Ativo Imobilizados	4.002,61	2.446,45
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(444.343,62)	(2.456.768,56)
Saldo das disponibilidades no Início do Período	998.805,64	3.455.574,20
Saldo das disponibilidades no Fim do Período	554.462,02	998.805,64
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO	(444.343,62)	(2.456.768,56)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2018
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO

1. Contexto Operacional

A Confederação Brasileira de Tiro com Arco, designada pela sigla CBTARCO, filiada à Federação Internacional de Tiro com Arco, designada pela sigla WORLD ARCHERY, à Confederação Panamericana de Tiro com Arco, designada pela sigla COPARCO, ao Comitê Olímpico do Brasil, designado pela sigla COB e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, designado pela sigla CPB.

É uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo e cultural, fundada na cidade do Rio de Janeiro, aos 08 dias do mês de julho de 1991, e está sediada na cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro.

A CBTARCO, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todo país a prática do tiro com arco em todos os níveis, inclusive o tiro com arco praticado por portadores de deficiências.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplam inclusive as modificações decorrentes das Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das Operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas pelos recursos mantidos em espécie pela Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens como segue.

d. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, sobre Lucro Líquido em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 184 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018.

f. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

g. Demonstração dos fluxos de caixa

O método de apresentação da DFC é o Método Indireto. Foi elaborado para o período de 2018 comparado ao exercício de 2017 com a finalidade de melhor informação.

h. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Entidade é constituído com os resultados acumulados nos períodos, acrescido ou reduzido pelo resultado apurado com os valores inerentes às atividades da Confederação ao término do exercício social.

3. Caixa e equivalentes e Caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro.

<u>Conta</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	1.466,59	35,71
Bancos c/movimento	12.804,06	23.076,45
Aplicações financeiras	540.191,37	975.693,48
<u>Totais</u>	<u>554.462,02</u>	<u>998.805,64</u>

4. Imobilizado e Intangível

São assim demonstrados em 31 de dezembro.

<u>Imobilizado</u>	<u>Custo (R\$)</u>	<u>Depreciação R\$</u>	<u>Líquido 31/12/2018</u>	<u>Líquido 31/12/2017</u>	<u>Taxa Depreciação</u>
Imóveis	34.000,00	12.129,97	21.870,03	23.228,88	4%
Móveis e Utensílios	45.319,37	35.580,60	9.738,77	14.268,45	10%
Máquinas e Equipamentos	81.060,95	33.835,12	47.225,83	55.333,74	20%
Computadores e Periféricos	18.545,63	18.545,63	-	-	20%
Instalações	200.534,47	41.028,84	159.505,63	167.527,03	10%
Eq. Esportivos com Terceiros	831.715,19	504.801,63	326.913,56	410.077,79	10%
Benfeitorias em Imóvel de Terceiros	-	-	-	-	4%
Bens de Terceiros em nosso Poder	44.392,15	8.891,36	35.500,79	39.503,10	4%
Bens de Uso com Restrição - Eq. Esportivos	272.950,00	4.094,25	268.855,75	-	10%
Bens de Uso com Restrição - Máquinas e Equipamentos	24.910,00	373,65	24.536,35	-	20%
Totais	<u>1.553.427,76</u>	<u>659.281,05</u>	<u>894.146,71</u>	<u>709.938,99</u>	

<u>Intangível</u>	<u>Custo (R\$)</u>	<u>Amortização R\$</u>	<u>Líquido 31/12/2018</u>	<u>Líquido 31/12/2017</u>	<u>Taxa Amortização</u>
Software	26.945,76	20.315,98	6.629,78	10.030,94	20%
Totais	<u>26.945,76</u>	<u>20.315,98</u>	<u>6.629,78</u>	<u>10.030,94</u>	

5. Obrigações Operacionais

São assim demonstrados em 31 de dezembro.

<u>Conta</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços Prestados a Pagar	3.400,00	-
Contas a Pagar	1.175,64	-
Totais	<u>4.575,64</u>	-

6. Obrigações Sociais e Fiscais

São assim demonstrados em 31 de dezembro.

<u>Conta</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS a Recolher	15.921,10	17.978,71
IRRF a recolher	9.625,19	6.807,29
IRRF Terceiros Autônomos a Recolher	5.224,72	4.966,64
INSS Retido de Terceiros PF a Recolher	10.846,75	14.196,55
PIS s/Salários a Recolher	1.042,63	2.509,88
<u>Totais</u>	<u>42.660,39</u>	<u>46.459,07</u>

7. Convênios e LAP a Pagar

Está assim demonstrado em 31 de dezembro.

<u>Conta</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lei Agnelo Piva (Bens)	35.500,79	39.503,10
Lei Agnelo Piva (Adiantamento) (A)	509.478,46	181.623,14
Convênios (B)	(6.498,47)	743.546,07
<u>Totais</u>	<u>538.480,78</u>	<u>964.672,31</u>

(A) O saldo da Lei Agnelo Piva (Adiantamento) é referente a recursos repassados pelo Comitê Olímpico Brasileiro – COB, que ainda não foram utilizados ou devolvidos mais as receitas financeiras sobre as aplicações.

(B) Este saldo negativo é decorrente do Projeto ME CPB - Convênio 813835/2014, que no fechamento do projeto foi pago valor a maior com base no relatório do SICONV.

8. Empréstimos a Pagar

Trata-se de empréstimo concedido pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB.

9. Contas a Pagar

Trata-se de contratos mútuos entre a CBTarco e Eros Fauni, está assim demonstrado:

<u>Conta</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a Pagar	57.234,00	41.139,00
<u>Total</u>	<u>57.234,00</u>	<u>41.139,00</u>

10. LAP a Pagar - LP

<u>Conta</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lei Agnelo Piva (Bens de uso com restrição)	293.392,10	-
<u>Total</u>	<u>293.392,10</u>	<u>=</u>

Atenciosamente,

Vicente Fernando Blumenschein
Presidente

Jose Luis Martin Oitaven
Técnico Contábil – CRC 36216-1 RJ
